

MUDANÇA E PERMANÊNCIA DA FORMAÇÃO ESPACIAL DA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO CAFÉ NO ESTADO DO PARANÁ

CHANGE AND PERMANENCE OF THE SPACE FORMATION OF THE CAFÉ AGRICULTURAL BORDER IN THE STATE OF PARANÁ

Márcia Marolo Diniz¹
Maria das Graças de Lima²

Resumo: Embora contando com um elevado número de estudos, o presente artigo busca elencar quais os métodos adquiridos pelos cafeicultores do estado do Paraná a fim de conseguir driblar as dificuldades enfrentadas para a permanência do cultivo do café no estado. Tais dificuldades ligam-se à falta de uma política de preços mínimos e a opção do governo em diversificar a pauta de exportação do país, incentivando culturas que se adequariam ao processo industrial. É apresentado também o roteiro do café pelos estados e países do mundo até sua chegada às terras paranaenses, modificando econômica e socialmente a estrutura do estado, além de destacar as etapas de expansão da cafeicultura no interior do Paraná. Ao final do trabalho é levantado o atual panorama da cafeicultura paranaense mostrando uma estimativa de produção média para este ano.

Palavras-chave: Cafeicultura. Dificuldades. Paraná.

Abstract: Despite the high number of studies, this article seeks to list which methods the coffee growers in the state of Paraná have acquired to overcome the difficulties faced by the state of coffee growing in the state, which are related to the lack of a pricing policy and the government's option to diversify the country's export agenda by encouraging crops that would suit the industrial process. It is also presented the coffee route by the states and countries of the world until its arrival in Paraná lands, economically and socially modifying the structure of the state, besides highlighting the stages of coffee growing in the interior of Paraná. At the end of the work the current scenario of the coffee industry of Paraná is shown, showing an average production estimate for this year.

Keywords: Coffee cultivation. Difficulties. Paraná.

Introdução

O Paraná se destacou mundialmente na década de 1950 com elevados índices de produtividade de café, no entanto, a partir da política de erradicação dos cafezais iniciada em 1962 e a falta de estímulos por parte do Estado, os cafeicultores que decidiram prosseguir com o cultivo de café encontraram dificuldades ocasionadas pela instabilidade do mercado cafeeiro atreladas ao estímulo por culturas temporárias que se apresentavam com maior rentabilidade.

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) E-mail: marciamarolo@hotmail.com.

² Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo. Docente da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mglima@uem.br

Para superar tais dificuldades, os cafeicultores adotaram em suas lavouras as atuais tendências de mercado como maneira de prosseguir com o cultivo em questão. Desta forma, a permanência da cafeicultura no estado do Paraná se volta a atender o mercado de cafés especiais, como forma de agregar valor ao produto, se destacando, desta forma, na qualidade dos grãos e não em seu volume.

Neste contexto, o presente artigo busca elencar as estratégias adotadas pelos cafeicultores para que ocorresse a permanência do cultivo deste grão no estado do Paraná. A metodologia utilizada foi a partir de revisões bibliográficas, utilizando dados quantitativos e qualitativos para sustentar os referenciais teóricos.

Roteiro do café até o Paraná

A chegada do café até o estado do Paraná está vinculada a um roteiro que peregrinou por diversos países e continentes, onde o mesmo deixou marcas por onde passou se moldando aos costumes de cada região. Para compreender como esse grão se deslocou até o Paraná e mudou positivamente a economia do estado é necessário ser visto brevemente sua trajetória pelo globo com o intuito de melhor compreensão a cerca da temática.

Os primeiros registros do café estão relacionados à Etiópia como o país precursor deste grão, sendo este, encontrado como parte da vegetação nativa desta localidade. A lenda de Kaldi é uma das histórias mais difundidas sobre a origem do café, este percebeu seus efeitos estimulantes quando observou que as cabras da região de Kafa após o consumo deste grão se apresentavam mais ágeis e com maior resistência.

Kaldi era um pastor de cabras da Etiópia (nordeste da África), que, certo dia, observou o efeito excitante que as folhas e frutos de determinado arbusto produziam em seu rebanho. Os animais que mastigavam a planta se tornavam mais lépidos, subiam as montanhas com agilidade, revelavam melhor resistência, percorriam quilômetros de subida íngreme. Ao experimentar os tais frutos, o pastor confirmou seus dotes estimulantes, e a notícia se disseminou pela região, provocando de imediato seu consumo, na forma macerada. (MARTINS, 2008 p.18).

Segundo Martins (2008) sua descoberta ocorreu na África, mas as técnicas de plantio e preparação dos grãos ficaram sob o domínio dos Árabes, principalmente na região do Iêmen, que os utilizavam com finalidades medicinais, uma vez que seus valores energéticos auxiliavam em rezas e vigílias noturnas.

Durante sua peregrinação, alguns países contribuíram para que o café assumisse a forma que possui atualmente. Em seu livro, Martins (2008) mostra que entre esses países, a Turquia se destaca em 1450 por ser a pioneira no “hábito do Café” criando recintos domésticos e coletivos como forma de sociabilidade da população ao redor deste produto. O café chega a Europa em 1615, e sua porta de entrada no continente é a cidade de Veneza que se destacava naquele período como sendo o principal centro difusor de produtos para as cortes europeias.

Analisando o roteiro do café pelos países Martins (2008) destaca que em sua dissipação o café encontrou diversos entraves, pois era considerada uma ameaça econômica, sobretudo para os mercados de vinho da região. Outra barreira encontrada segundo a autora esta relacionada às propriedades energéticas do grão que se apresentavam contraria as leis do profeta Maomé. No entanto, o grão logo venceu essas “barreiras” e continuou sua trajetória pelo globo.

Segundo Scatimburgo (1980) O responsável pela introdução das primeiras mudas de café em território brasileiro foi Francisco de Mello Palheta em 1727, quando foi escolhido pelo governador João de Maia da Gama para sair em missão até a Guiana para resolver problemas fronteiriços entre os domínios portugueses e franceses. Desta forma, o sargento-mor saiu, levando consigo uma carta destinada ao governador da Guiana Claude d’Orvilliers. Segundo o autor, não se conhecem os termos de sua entrevista com a autoridade francesa. Mas ali lhe foi servida uma bebida de cor negra, sabor agradável e estimulante – o café. Foi esse puro acaso que revelou para o Brasil a “mina de ouro”. Alguns relatos mostram que Francisco de Mello Palheta teria seduzido a mulher do governador da Guiana, onde ela o presenteou com mudas e sementes de café com as quais poderia iniciar a cultura em território brasileiro.

Ao voltar para o Brasil, Francisco de Mello Palheta havia cumprido o objetivo de sua missão, demarcar a faixa divisória entre os territórios e conseqüentemente trazer os primeiros grãos de café para o Brasil. É a partir daí, que se inicia a trajetória do café pelas terras brasileiras.

As primeiras tentativas de formação de cafezais em solo brasileiro segundo Scatimburgo (1980) se deram nos estados do Pará, Maranhão e na região nordeste do país, mas por não apresentarem condições propícias para o desenvolvimento do grão tentou-se o cultivo em outras regiões do território.

Segundo Martins (2008) o café chega ao Rio de Janeiro no século XVII onde se dá início às primeiras formações de cafezais desenvolvidos por sacerdotes com a finalidade medicinal. Utilizando trabalho escravo em suas lavouras, o café se expandiu até o Vale do Paraíba onde se caracterizava por desenvolver em latifúndios monocultores. Neste período havia poucas técnicas de cultivo do café, fazendo com que em um curto período de tempo as plantações se enfraquecessem e se declarassem em decadência.

Segundo Scatimburgo (1980) no início do século XIX o café se estendia em direção a São Paulo, mas não eram caracterizadas neste primeiro momento como latifúndios e sim plantações esparsas voltadas principalmente ao cultivo para subsistência das famílias em meio a outras culturas, diferentemente do estado do Rio de Janeiro que realizava as plantações para finalidades comerciais. Por encontrar condições propícias para o desenvolvimento e formação de cafezais, durante os anos iniciais do século XX o estado de São Paulo se tornava um dos mais ricos do país, graças ao sucesso das plantações de café.

Com um enorme volume de grãos registrados em São Paulo, Delfim Netto (2009) aponta que houve no mercado interno um período de superprodução ocasionado pela alta produtividade dos cafeeiros no estado que culminava em queda nos preços de venda do café, fazendo com que o governo adotasse medidas restritivas para esse cultivo com a finalidade de reduzir o volume de grãos disponíveis no mercado. Essa medida restritiva era denominada Convênio de Taubaté, que articulava um acordo entre os maiores estados produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) com a finalidade de valorização do grão e regulamentação de seu comércio.

Sobre o convenio de Taubaté, Guimarães (1986) destaca:

[...] A intervenção do Estado começara com a promulgação de uma lei proibindo o plantio de novos cafeeiros por cinco anos, de 1902 a 1906, mais tarde prorrogada por mais cinco anos, de 1906 a 1911, determinação inédita, até então impossível de serem tolerados pelos grandes senhores de terra do nosso país. (GUIMARÃES, 1986 p. 49).

Neste contexto, os fazendeiros se viam submetidos a paralisar o cultivo de café e procurar novas áreas para prosseguir com a cafeicultura. Sendo assim, o estado do Paraná atraiu numerosos cafeicultores, que viam nas terras paranaenses o meio de permanecer no cultivo do café e continuar seu processo de acumulação de capital uma vez que as terras virgens do estado dispensavam maiores investimentos.

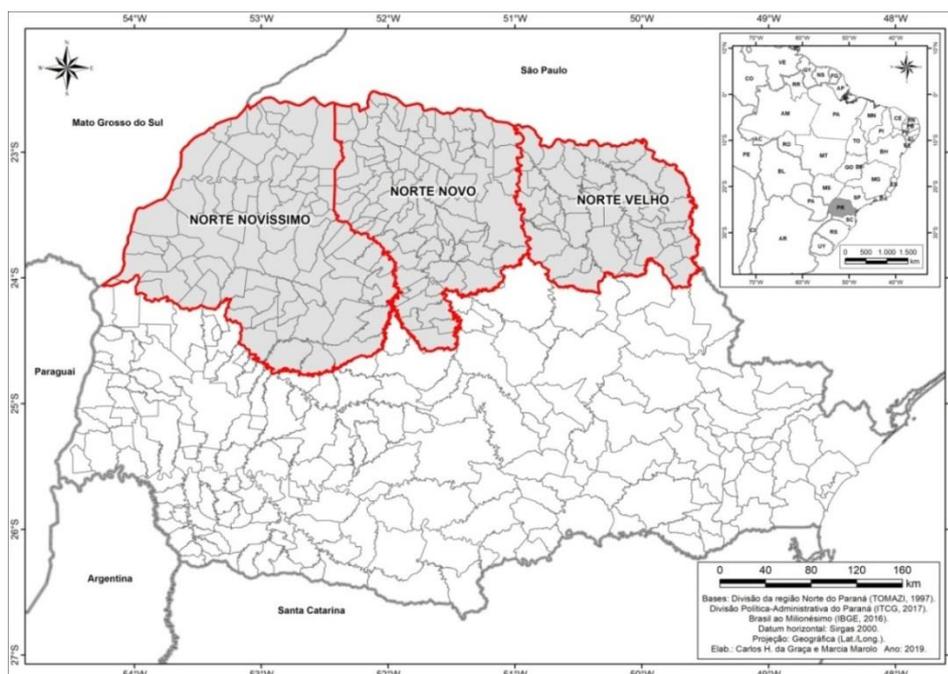
Quando o Estado apareceu pequeno ou esgotado para a cafeicultura, ou, quando a diversificação agrícola reduziu a área cafeeira, essa economia setorial ganhou o norte do Paraná. Como os métodos de cultura ainda eram primitivos, o cafeeiro procurava as melhores terras, nas quais a fertilidade natural dispensava os adubos. (SCATIMBURGO, 1980 p.35).

Desta forma, seria a região Sul a responsável por acomodar enormes contingentes populacionais que vinham para o estado do Paraná com a finalidade de prosperar com o cultivo do café. É desta forma que o estado se revelaria como grande produtor, onde a cafeicultura contribuiu para o desenvolvimento social e econômico.

É importante destacar que a cafeicultura paranaense ocorreu a partir de três fases, com denominações Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, que correspondem a etapas determinadas de povoamento e ocupação agrícola do Estado gerada a partir da cafeicultura.

A cafeicultura paranaense processou-se em três fases: A primeira, no Norte Velho ou Pioneiro, desde a divisa com São Paulo até o Rio Tibagi, a partir do século XIX e início do século XX, culminando com a crise de 1929. A segunda fase se deu no Norte Novo, estendendo-se do Rio Tibagi, passando por Londrina, até as margens do Rio Ivaí, a partir de 1930, de forma lenta até o final da segunda Guerra Mundial, e acelerando posteriormente. Nessa fase, a cafeicultura no Norte pioneiro sofreu transformações profundas. E a terceira fase do Rio Ivaí até o Rio Piquiri, no Norte Novíssimo, e deste último até o Rio Iguaçu, no extremo Oeste Paranaense, entre as décadas de 1940 a 1960, quando encerrou o expansionismo da cafeicultura paranaense. (CANCIAN, 1981 p. 50).

Mapa 1- Paraná e sua formação territorial ocasionada pela expansão do café.



Fonte: Adaptado de Tomazi (1997, p.127) elaborado pela Autora (2019)

Segundo Cancian (1981) A região do Norte Velho foi à porta de entrada para o cultivo de café no estado do Paraná. No primeiro momento desta fase de ocupação sua característica é se desenvolver de maneira lenta e espontânea, ganhando intensidade e forma somente após um século. Ainda segundo a autora, nesta região diversos núcleos populacionais se tornaram cidades devido ao deslocamento de cafeicultores de outros estados do país em busca da permanência do cultivo do café. Durante certo período o Norte velho do Paraná manteve estreita relação com São Paulo, uma vez que grande parte de sua ocupação foi realizada por paulistas e estes eram os responsáveis por injetarem capital nas lavouras.

Em seu livro *Cafeicultura paranaense 1900/1970*, Cancian (1981) aponta que a microrregião do Norte Velho, por ser a primeira do estado do Paraná a cultivar café, apresentava cafeeiros antigos se comparado ao restante do estado, solos inférteis gerando conseqüentemente pouco volume de grãos, o que indicava que o café logo entraria em declínio pelas condições que apresentava, não conseguindo concorrer com as terras novas e férteis do restante do Estado.

Após o esgotamento das terras do Norte Velho, Cancian (1981) aponta a necessidade de expansão para outras regiões do Estado, dando início a segunda fase de ocupação do Paraná e adentrando a região do Norte Novo. A fertilidade que esse solo apresentava dispensava maiores investimentos e garantia alta rentabilidade aos cafeicultores. Diferentemente da ocupação do Norte Velho, esse se deu de maneira dirigida, atribuindo particularidades a essa microrregião, onde o planejamento ocorreu anterior à colonização da área. O agente mais importante na ocupação dessa região foi a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) de capital inglês vendida para brasileiros em 1944.

A terceira fase de ocupação do Norte paranaense se deu pelo chamado Norte Novíssimo. Segundo Cancian (1981) nesta microrregião, houve forte tendência a ocorrer à monocultura cafeeira, que somente não ocorreu por ser limitada pelos plantios intercalares e pela pastagem. Esta microrregião foi ocupada após o esgotamento das terras no Norte Velho e Novo, sendo transferido para o Norte Novíssimo o centro dinâmico da produção cafeeira do Estado do Paraná.

Em seu livro, Cancian (1981) aponta que esta conjuntura ocorrida entre os anos de 1945 e 1970 foi caracterizada como o auge de expansão da cafeicultura no Paraná, gerando maior aproveitamento do solo e uma urbanização crescente, continuando as características da segunda fase de ocupação, com a formação de pequenas e médias propriedades a partir de empresas colonizadoras do ramo imobiliário. Essa fase é marcada também pela racionalização

do café e pelo estímulo voltado à diversificação do uso da terra, incentivando novas culturas como milho trigo e soja. A diversificação ocorre principalmente pela excessiva oferta de café no mercado, gerando queda significativa no preço do mesmo, onde a cafeicultura deixa de ser o centro dinâmico e passava a ocupar um plano secundário nos interesses governamentais.

Sobre o ciclo cafeeiro do Paraná Santos (2019) aponta:

A cafeicultura cumpriu seu ciclo econômico rapidamente no Norte do Paraná (surgimento, desenvolvimento/expansão e declínio). Mesmo reconhecendo que o trabalho familiar da pequena propriedade era produtivo, a opção foi feita pelo capital. A possibilidade de lucros maiores favoreceu os interesses do capital e do Estado que passou a apresentar políticas de erradicação dos cafezais e incentivo na diversificação da produção em grande escala (soja, milho, trigo e cana de açúcar) modernizando e industrializando a agricultura norte paranaense. (SANTOS, 2019 p. 69).

Neste contexto de desestímulos a cultura do café ocasionado pela queda no preço do grão por falta de uma política valorizadora eficiente por parte do governo e o interesse do estado em diversificar a pauta de exportação, os cafeicultores se viam pressionados a erradicar seus cafezais e adotar as medidas de diversificação oferecidas pelo governo.

Desestímulos a cafeicultura no Paraná

O Brasil durante muitos anos se destacou na produção de café, destaque esse, voltado principalmente ao grande volume produzido pelas terras brasileiras. Diversos produtores deixavam de investir em outros artigos para cultivar essa planta, o que gerou como consequência excesso de produção. Além disso, fatores externos, como a queda no volume das exportações, provocadas por crises econômicas em diversos países, comprometeram o poder aquisitivo da população e a agricultura sentiu as consequências, causando diversos problemas internos relacionados às dificuldades de escoamento da produção dentro e fora do território.

Por um longo período o café foi o principal gerador de riquezas do Paraná, propiciando a fixação do trabalhador no meio rural, além de contribuir para o modelo de colonização, tornando as pequenas e médias propriedades economicamente viáveis em um período de poucas alternativas de renda.

O aumento da produção do café teve como consequência a queda dos preços no mercado internacional, levando o Governo Federal a incentivar programas de erradicação

como forma de reduzir a produção interna na tentativa de recuperação nos preços internacionais.

A erradicação dos cafezais começa em 1961 contando com a participação do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) que desenvolve programas voltados à erradicação de cafeeiros antieconômicos e à modernização da cafeicultura brasileira, substituindo os cafezais por lavouras em bases modernas e diversificadas.

Sobre o objetivo do GERCA Pozzobon (2006) afirma:

Criado em 1961, ela era uma projeção do IBC, dotada de maior autonomia, encarregado de executar a política de produção de adequá-la as necessidades do mercado. Coordenou a eliminação de lavouras deficitárias mediante indenização ou espontaneamente e sua renovação em moldes racionais. O IBC-GERCA atuava no âmbito do MIC (Ministério da Indústria e do Comércio), tendo em vista a importância de área comercial. (POZZOBON, 2006 p.14).

A produção de café se apresentava em desacordo com a atualidade econômica do Brasil quando foi implantado o GERCA, uma vez que o país encontrava-se em um ritmo acelerado de crescimento demográfico, além de estar com suas bases voltadas ao processo de industrialização.

O café começa a perder espaço em território brasileiro quando as políticas agrícolas e econômicas abriram caminho para a implementação de um modelo econômico voltado a industrialização, com a ideia de transformar o Brasil de sua condição agrária para a industrializada, onde a agricultura daria suporte a esse processo.

Neste contexto Catelli (1992) Aponta que durante essa atmosfera de instabilidade econômica e social favoreceu também o estímulo à indústria, uma vez que entrar no século XX como uma sociedade apenas rural já não era o desejo de todos.

Neste novo modelo a agricultura teria o papel de acompanhar esse processo, se tornando mais dinâmica através da mudança de sua base técnica de produção de acordo com interesses nacionais que visavam atender as necessidades geradas pela industrialização.

Durante toda a história do Brasil houve ciclos econômicos ligados à necessidade da época. Aconteceu com o pau-brasil, ouro, cana de açúcar, erva-mate e não seria diferente com o café. A cafeicultura ficou em alta até a aparição de cultivos que apresentassem maior rentabilidade para garantir a geração de divisas ao estado e ao país. Desta forma é passada a agricultura o papel de apoio ao processo de industrialização, ofertando no mercado externo

uma maior diversificação de produtos agrícolas como forma de não se apoiar apenas a um único cultivo.

Neste contexto, a soja entra como “carro chefe”, pois se adequava as novas tendências brasileiras. Sua expansão contou com um suporte estatal através de crédito abundante para a compra de maquinários e insumos, além de diversas políticas agrícolas voltadas a tecnologia e manutenção de preços mínimos.

Todos os países que hoje figuram como os grandes produtores agrícolas mundiais, tiveram no Estado, o agente promotor do desenvolvimento da agricultura moderna por meio da criação de políticas pública direcionado ao amparo de uma agricultura mais tecnológica, possibilitando altos índices de produtividade e incorporação de novas áreas para o plantio. (CAMPOS, 2010 p. 47).

Neste contexto, o café ainda não tinha sido abandonado por completo, ele tinha a função de garantir bens de capital para realizar o sucesso da industrialização.

No Norte do Paraná até a década de 1940 as áreas ainda estavam destinadas a cultura cafeeira mesmo com a intervenção governamental no sentido de fazer a racionalização do produto e substituí-los por outro cultivo que apresentava maiores benefícios.

Mudanças necessárias para permanecia do café no Paraná

A tecnologia do cultivo tradicional de café, sustentada pela alta fertilidade natural do solo encontrada no Paraná, sistema de colonato, grande disponibilidade de mão-de-obra no campo, entre outros fatores apontados por Cancian (1981) foram perdendo suas bases de sustentação, tornando a cafeicultura ineficiente e pouco competitiva frente a outras atividades agropecuárias do estado e do país.

Embora a cafeicultura paranaense tenha reduzido suas áreas destinadas ao grão de café ao longo dos anos, é notável que ela não desapareceu no estado, conseguindo ainda bons resultados de produtividade em algumas áreas como é possível observar no relatório de acompanhamento da safra de café brasileira elaborado pela CONAB. Apesar de sua produção ainda remeter afetividade, a continuação da produção vai além desse fator.

Anterior à década de 1970, os cafezais eram plantados de maneira esparsa, uma vez que eram realizados cultivos intercalares aos pés de cafés que contribuía para a subsistência da família. Atualmente a cafeicultura entrou em uma nova fase, com o plantio adensado, a

produção de café vislumbra um cenário de maiores produtividades e maiores margens de lucros para os cafeicultores, uma vez que utilizam menores áreas.

O sistema conhecido como “café adensado” tem como objetivos básicos o aumento da rentabilidade e a estabilidade econômica dos produtores via eficiência produtiva, através do aumento de produtividade, redução dos custos e melhoria da qualidade do café. As vantagens do café adensado fazem desta prática uma das principais bases de sustentação da cafeicultura em pequenas e médias propriedades, onde os agricultores trocaram a quantidade dos grãos pela qualidade dos mesmos.

Segundo Santos (2019) Outra maneira utilizada no Norte do Paraná vai além do plantio convencional de café, que passou a ser substituído por um modelo que busca aumentar a produtividade e reduzir os custos da produção. A alternativa encontrada pelos pequenos produtores de café do estado é trabalhar com produção de grãos de alta qualidade, adequados ao mercado de cafés especiais, com o intuito de agregar valor à produção, extraindo todo o potencial que as condições naturais do estado oferecem. Os principais mercados para essa produção são as cafeterias que muitas vezes compram os grãos direto com o produtor.

As propriedades do Norte paranaense que plantam café procuram atender nichos de mercado como cafeterias, restaurantes, bares, dentre outros, produzindo os chamados cafés finos, produtos que se distinguem pelo sabor, pela qualidade e pelo valor. (SANTOS, 2019 p.175).

Como forma de realizar divulgação da qualidade dos cafés paranaenses, algumas empresas do ramo elaboram concursos com o intuito de premiar os melhores tipos, com premiações voltadas a viagens e vendas do produto garantidas por um valor maior que o mercado oferece.

Para que ocorra a permanência do cultivo do café, diversas famílias contam com a força de trabalho familiar que garante ao cafeicultor maior margem de lucro, tornando a atividade compensatória até mesmo em períodos de baixa nos preços. Desta forma, caso seja necessário o cafeicultor contratará mão de obra temporária apenas no período de colheita quando a força de trabalho familiar não é suficiente.

Segundo o Manual de Recomendações para a Cultura do Café no Brasil elaborado pelo Instituto Brasileiro do Café (1981) após a criação do Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais (PRRC) ocorre uma profunda transformação na cafeicultura nacional, deixando de ser o Paraná, o estado que possuía a maior quantidade de área plantada

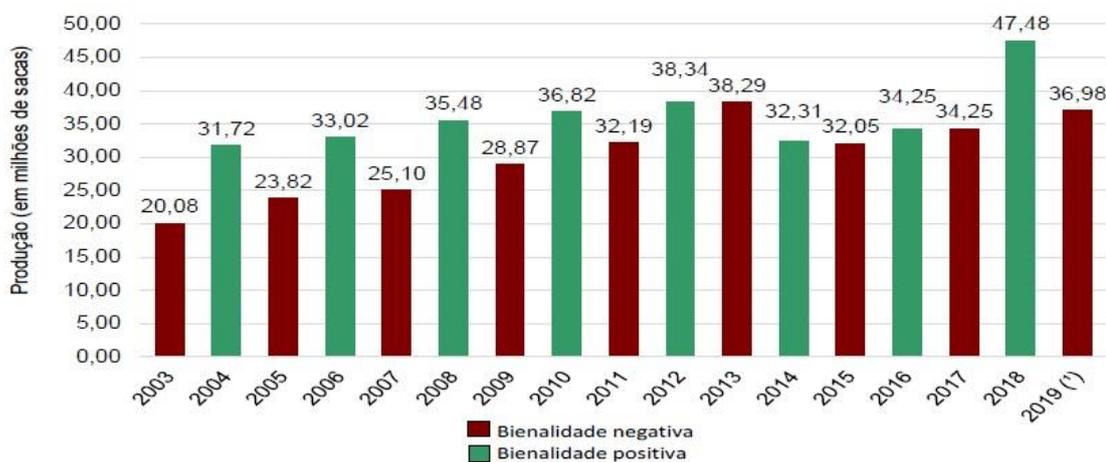
do grão e é passado a Minas Gerais, o título de maior estado produtor do Brasil. Para receber financiamentos do PRRC, essas localidades teriam que atender algumas exigências impostas pelo IBC/GERCA, dentre elas se destaca o fator térmico e hídrico.

Atual panorama do café no Brasil

A safra 2019 prevê, em quase todas as regiões produtoras de café do Brasil, a influência (sobretudo no café arábica) da bienalidade negativa, estimando assim uma produção menor que aquela obtida em 2018, devendo alcançar 50,92 milhões de sacas beneficiadas.

O ciclo bienal do cafeeiro, em especial para o café arábica, consiste na alternância de um ano com grande florada dos cafeeiros, seguido por outro ano com florada menos intensa. Isso é uma característica natural dessa cultura perene, ocasionada pelo esgotamento da planta, uma vez que no ano de bienalidade negativa ela se recupera para produzir melhor na safra subsequente, diferentemente do café conilon, que possui uma expectativa de rendimento médio melhor que da safra passada, em razão das características fisiológicas que tem a espécie, e sua maior resistência aos efeitos da bienalidade.

Imagem 1 – Produção de café Arábica no Brasil, levando em consideração o ciclo cafeeiro.

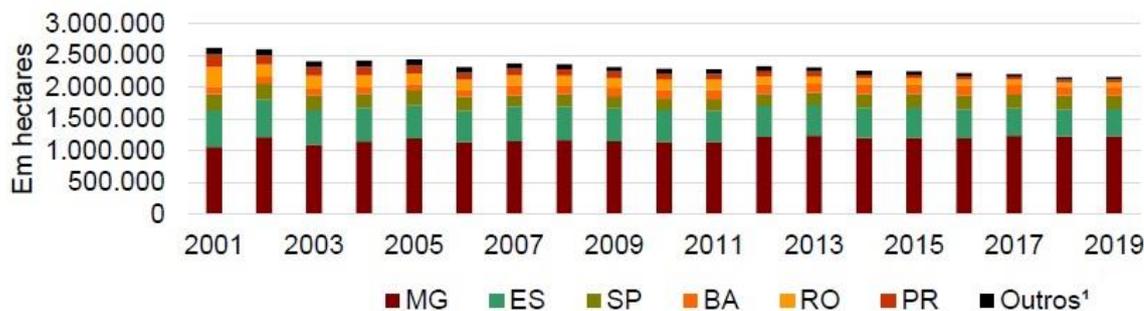


Fonte: CONAB (2019)

No entanto o melhor manejo e o pacote tecnológico utilizado pelos produtores têm levado, ao longo dos anos, a uma diminuição da diferença entre as produtividades de ciclo positivo e negativo como pode ser analisada na imagem 1.

Segundo a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), a área em produção do Paraná em 2019 deve se manter próxima àquela utilizada em 2018, no entanto a produtividade média esperada sinaliza crescimento de 5,3% em comparação à safra anterior. Espera-se cerca de 1,05 milhão de sacas de café nesta temporada.

Imagem 2 – Produção de Café por estado.



Fonte: CONAB (2019)

No Estado do Paraná, a produção de café se encontra em constante decréscimo, sendo substituída por lavouras temporárias e pastagens. Mas apesar das dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores, há ainda um percentual significativo de produtores rurais de natureza familiar que ainda permanecem nesta atividade, indo na contramão dos fatos e acontecimentos.

Considerações finais

O café começou a se destacar na economia paranaense a partir de 1930, como resultado de uma longa trajetória por diversos estados e países. Tornou-se o principal produto brasileiro devido a uma série de condições, entre elas a quantidade de terras destinadas ao cultivo e a disponibilidade de mão de obra em volume e preço.

Durante este período, a expansão e retração do café estavam associadas às políticas de preços dos grãos. As oscilações do mercado ditavam se o cultivo se ampliaria ou se reduziria, não havendo uma política que estabilizasse a economia. Neste contexto, o desestímulo à cafeicultura ocorreu concomitantemente aos incentivos gerados pelas lavouras temporárias como soja, trigo e milho, que se apresentavam com maior rentabilidade, pois se enquadravam ao processo de modernização agrícola do país.

Para que ocorresse a permanência do cafeicultor no estado do Paraná foi necessário que o mesmo adotasse algumas medidas para a permanência do cultivo em questão.

Entre essas medidas estão as ligadas ao adensamento dos cafezais que traria como benefício a redução das áreas destinadas à cafeicultura, reduzindo conseqüentemente o investimento em lotes. Outra medida adotada pelos cafeicultores está ligada à mecanização das lavouras e a opção por qualidade dos cafés, desta forma, o proprietário necessitaria de menores quantidades de mão de obra braçal e agregaria valor ao seu produto, que seria vendido a preços superiores aos cafés tradicionais.

É notório que no Estado do Paraná, a produção de café se encontra em constante decréscimo, sendo substituída por lavouras temporárias e pastagens. Mas apesar das dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores, há ainda um percentual significativo de produtores rurais de natureza familiar que ainda permanecem nesta atividade, indo na contramão dos fatos e acontecimentos.

Referências bibliográficas

CAMPOS, M. C. **A Embrapa/soja em Londrina-PR: a pesquisa agrícola de um país moderno.** 2010. 123 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.

CANCIAN, N. A. **Cafeicultura paranaense: 1900/1970.** Curitiba: Grafipar, 1981.

CATELLI R. J. **Brasil: do café à indústria.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira Café.** Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>>. Acesso em: 25 de Março de 2019.

GUIMARÃES, A. P. **A crise Agrária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. **Cultura de Café no Brasil.** Manual de recomendações. IBC/GERCA, 1981.

MARTINS A. L. **História do Café.** São Paulo: Editora contexto, 2008.

NETTO A. D. **O problema do café no Brasil.** Campinas: Editora Unesp, 2009.

POZZOBON, I. **A epopeia do café no Paraná.** Londrina: Grafmarke, 2006

SANTOS, L. L. **Paisagem e cultura: transformações na pequena propriedade rural norte paranaense.** 2019. 237 p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá.

SCATIMBURGO, J. **O café e o desenvolvimento do Brasil**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1980.

TOMAZI, N. D. **Construções e silêncios sobre a (Re) ocupação da região norte do estado do Paraná**. In: Dias, Reginaldo Benedito; Gonçalves, José Henrique Rollo (Org). Maringá e o norte do Paraná (Estudos de história regional). EDUEM – Maringá, 1997.

Recebido em 11 de junho de 2019.

Aceito em 17 de julho de 2019.